

Companhia Geral de Minas

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

Relatório da Administração

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V. Srs. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 acompanhadas das notas explicativas. A diretoria está à disposição dos acionistas para prestar quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Poços de Caldas, 21 de março de 2025

A Diretoria

Daniel dos Santos Junior

Diretor Presidente

Gisele Fernanda Salvador

Diretora

Fernanda Mendes Aguilar

Contadora, CRC 1SP308448/O-4

Índice

Balço patrimonial	4
Demonstraço do resultado	5
Demonstraço do resultado abrangente	6
Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido	7
Demonstraço dos fluxos de caixa	8
1. Informações gerais.....	9
2. Resumo das principais práticas contábeis	9
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	16
4. Gestõ de risco financeiro.....	16
5. Instrumentos financeiros por categoria.....	17
6. Caixa e equivalentes de caixa	17
7. Outros Ativos.....	18
8. Investimentos	18
9. Imobilizado	19
10. Fornecedores	20
11. Provisõ Restauraçõ Ambiental	20
12. Outros Passivos	21
13. Transações com partes relacionadas	21
14. Patrimõnio líquido.....	21
15. Receitas	22
16. Seguros.....	22

Companhia Geral de Minas
Balanco Patrimonial em 31 dezembro
Valores em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
ATIVO				PASSIVO E PL			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.329	5.519	Fornecedores	10	2.417	2.650
Transações com partes relacionadas	13	2.164	3.548	Obrigações tributárias e trabalhistas		1.402	919
Dividendos a receber		1	-	Imposto de renda e contribuição social		204	238
Outros ativos	7	209	288	Transações com partes relacionadas	13	334	331
Circulante		10.703	9.355	Provisão para contingências		146	154
Depósitos Judiciais		509	490	Dividendos a pagar	14	-	1.272
Outros ativos LP	7	7.077	5.375	Provisão para restauração ambiental	11	3.442	5.277
Investimentos	8	167	164	Outros passivos	12	2.952	6.851
Imobilizado	9	27.655	33.997	Circulante		10.897	17.692
Não Circulante		35.408	40.026	Provisão para restauração ambiental	11	6.661	3.923
				Provisão para contingências		267	262
				Outros passivos LP	12	3.931	3.931
				Não Circulante		10.859	8.116
				Capital Social	14	16.775	16.775
				Reservas de capital		59	25
				Reservas de lucros		570	570
				Lucros acumulados		6.951	6.203
				Patrimônio Líquido		24.355	23.573
Total do Ativo		46.111	49.381	Total do Passivo e PL		46.111	49.381

Companhia Geral de Minas
Demonstração do resultado em 31 dezembro
Valores em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receitas líquidas	15	25.898	26.675
Custo das vendas		(25.104)	(20.524)
Lucro Bruto		794	6.151
Despesas administrativas		(834)	(400)
Outras receitas (despesas) operacionais		1	(26)
Participação em sociedades controladas	8	4	(11)
Resultado Operacional		(35)	5.714
Receitas financeiras		576	370
Despesas financeiras		(10)	-
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(36)	30
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição		495	6.114
Imposto de renda e contribuição social		(1.019)	(1.025)
Prejuízo (Lucro) do exercício		(524)	5.089
Ações em circulação no fim do exercício (em milhares)		11.061	11.061
Prejuízo (Lucro) líquido por ação da Companhia – R\$ no fim do exercício		(47.37)	460.08

Companhia Geral de Minas

Demonstração do resultado abrangente em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	(524)	5.089
Total do resultado abrangente do exercício	(524)	5.089

Companhia Geral de Minas**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 dezembro**

Valores em milhares de reais

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros		Patrimônio Líquido
	Capital Social	Prêmio de opções de ações	Incentivos fiscais	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.775	174	8	308	1.100	-	18.365
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.089	5.089
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
Dividendos revertidos	-	-	-	-	1.540	-	1.540
Prêmio de opção de ações	-	(149)	-	-	-	-	(149)
Constituição reserva legal	14	-	-	254	-	(254)	-
Reserva para investimentos	14	-	-	-	3.563	(3.563)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.775	25	8	562	6.203	-	23.573
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(524)	(524)
Dividendos revertidos	-	-	-	-	1.272	-	1.272
Prêmio de opção de ações	-	34	-	-	-	-	34
Reserva para investimentos	14	-	-	-	(524)	524	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.775	59	8	562	6.951	-	24.355

Companhia Geral de Minas

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
LAIR		495	6.114
Ajustes		14.715	13.103
Depreciação, amortização e exaustão	9	9.783	3.319
Provisões		4.936	9.773
Equivalência patrimonial	8	(4)	11
		15.210	19.217
Redução (aumento) nos ativos e passivos		(9.038)	1.870
Transações com partes relacionadas (ativo)	13	1.384	(1.790)
Créditos fiscais		-	54
Depósitos judiciais		(19)	(197)
Outros ativos	7	(1.624)	(2.641)
Fornecedores	10	(233)	684
Outros a pagar	12	(2.029)	10.623
Provisão para restauração e reabilitação ambiental	11	(5.873)	(3.824)
Obrigações tributárias		483	(82)
Transações com partes relacionadas (passivo)	13	3	61
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.052)	(1.018)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.250	21.087
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		(3.440)	(16.750)
Aquisição de ativo imobilizado	9	(3.441)	(16.756)
Dividendos recebidos	8	1	6
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(3.440)	(16.750)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa, líquidos		2.810	4.337
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		5.519	1.182
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício		8.329	5.519

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

1. Informações gerais

As atividades da Companhia Geral de Minas S.A. (“Companhia”) concentram-se na pesquisa, lavra e exploração de minas ou jazidas minerais de qualquer espécie, não só as que adquiriu no ato da escritura mas também as que vierem a ser adquiridas aproveitamento, tratamento, beneficiamento dos respectivos minérios ou produtos manufaturados, em qualquer de suas formas, podendo ainda, exportar, comprar e vender minérios.

A Companhia é uma sociedade por ações com sede no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, e é controlada pela Alcoa Alumínio S.A. que possui 99,99% do capital social da Companhia, a qual por sua vez é uma subsidiária integral indireta da Alcoa Corporation (Estados Unidos). A Companhia em conjunto com sociedades ligadas, compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia Geral de Minas S.A. foi autorizada pela diretoria em 21 de março de 2025.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:

- **Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants),

mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Essa alteração não teve impacto material para o Grupo.

- **Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) – Arrendamentos:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“sale and leaseback”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Essa alteração não teve impacto material para o Grupo.

- **Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“supplier finance arrangements – SFAs”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

(a) Os termos e condições dos acordos SFAs.

(b) Para a data de início e fim do período de reporte:

(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.

(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

Essa alteração não teve impacto material para o Grupo.

- **Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia espera não ser materialmente afetada por essas regras uma vez que, conforme demonstrado na Nota 24 (d), sua alíquota efetiva é superior a 15%.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. Ademais, outras alterações publicadas para o exercício de 2024 não são relevantes para a Companhia. Isto posto, não é esperado que a adoção dessas normas tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, porém, a administração continuará a monitorar se, havendo alguma mudança, tais normas demandarão algum ajuste contábil.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua investida são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício,

referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os resultados financeiros cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados contra o resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

2.4.3 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A deterioração de um ativo ou grupo de ativos financeiros só se caracteriza quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e sociedades ligadas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos.

2.6. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, jazidas minerais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico subtraído da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefício econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. As jazidas minerais são exauridas individualmente com base na estimativa de produção da mina. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	20
Equipamentos e instalações	10 a 25
Mina/Direito de Uso	10 a 30
Móveis e utensílios	4 a 10

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.8. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9. Provisões para restauração e reabilitação ambiental

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem somente a despesa corrente do exercício, haja vista que a Companhia apura os tributos diretos pelo regime de apuração do Lucro Presumido.

2.11. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, o controle é transferido e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos mercado interno

O reconhecimento da receita de vendas no mercado interno é basicamente para a controladora Alcoa Alumínio S.A., que substancialmente refere-se à venda de bauxita, baseia-se nos princípios a seguir:

(i) Mercado interno: as vendas são feitas à vista ou a prazo, com prazo médio de 30 dias.

Essas vendas são reconhecidas por ocasião do integral cumprimento das obrigações de desempenho e transferência de controle.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são:

- (a) provisões para contingências e avaliação de processos tributários;
- (b) impacto de *impairment* nos investimentos, no ativo imobilizado e nos tributos a recuperar;
- (c) provisão para restauração e reabilitação ambiental;
- (d) revisão de vida útil do ativo imobilizado.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (basicamente risco de moeda), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da controladora, segundo as políticas aprovadas pela controladora.

(a) Risco de mercado

Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria da controladora. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, caso seja aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Para garantir liquidez imediata e manter as necessidades de investimento nos projetos de crescimento, a Companhia conta com o apoio imediato de sua controladora. Assim, a Companhia pode negociar a qualquer momento as condições de pagamento e recebimento com partes relacionadas, bem como solicitar novos aportes de capital ou empréstimos à matriz, minimizando qualquer risco momentâneo de liquidez.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o grupo de tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão relacionados a contas a pagar e a receber com partes relacionadas e outros fornecedores.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	75	97
Aplicações financeiras	8.254	5.422
Total Caixa e equivalentes de caixa	8.329	5.519

Em 31 de dezembro de 2024, caixa e equivalentes de caixas incluíam substancialmente saldo de caixa, banco e aplicações financeiras com alto índice de liquidez de mercado, vencimentos superiores a 90 dias e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados em 2024 a base média de 100,5% do CDI (100,6% em 31 de dezembro de 2023).

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

7. Outros Ativos

	2024	2023
Adiantamento a Empregados	2	1
Adiantamento Fornecedores	39	-
Despesas antecipadas	168	287
Exploração de Minas	7.077	5.375
	7.286	5.663
Outros ativos	209	288
Outros ativos LP	7.077	5.375

8. Investimentos

		Saldos dos Investimentos em 31 dezembro	
		2024	2023
	Participação		
Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda	4,02600000%	167	164
		167	164
		2024	2023
Em 1° de Janeiro		164	181
Participação nos lucros de coligadas		4	(11)
Dividendos recebidos/antecipados de coligadas		(1)	(6)
Em 31 de dezembro		167	164

O percentual de participação na investida Novo Horizonte Desenvolvimento Imobiliário Ltda. não sofreu alterações no exercício de 2024.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

9. Imobilizado

	Terrenos e Jazidas	Edificações	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Desmobilização de Ativos	Total em Operação
Saldos em 31 de dezembro 2022	18.376	4	-	-	2.180	20.560
Aquisição	10.769	-	-	-	5.987	16.756
Depreciação / Exaustão / Amortização	(639)	(1)	-	-	(2.679)	(3.319)
Saldos em 31 de dezembro 2023	28.506	3	-	-	5.488	33.997
Custo Total	59.411	174	6	4	16.985	76.580
Depreciação acumulada	(30.905)	(171)	(6)	(4)	(11.497)	(42.583)
Valor Residual	28.506	3	-	-	5.488	33.997
Saldos em 31 de dezembro 2023	28.506	3	-	-	5.488	33.997
Aquisição	-	-	-	-	3.441	3.441
Depreciação / Exaustão / Amortização	(4.967)	(1)	-	-	(4.815)	(9.783)
Saldos em 31 de dezembro 2024	23.539	2	-	-	4.114	27.655
Custo Total	59.410	174	6	4	20.426	80.020
Depreciação acumulada	(35.871)	(172)	(6)	(4)	(16.312)	(52.365)
Valor Residual	23.539	2	-	-	4.114	27.655
Taxas Anuais de depreciação - %	0-30	20	10-25	4-10	1-10	

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

10. Fornecedores

Em Outubro de 2024, a Companhia celebrou acordo de fomento de fornecedores, junto a uma instituição financeira. Nesses termos, a Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado. A operação de risco sacado é um acordo de financiamento de fornecedores, em que a instituição financeira quita os valores que a Companhia deve a seus fornecedores e a Companhia concorda em pagar a instituição financeira conforme os termos e condições do acordo na mesma data, ou uma data posterior, quando os fornecedores são pagos. Esses acordos fornecem à Companhia prazos de pagamento estendidos, ou aos seus fornecedores prazos de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da nota fiscal relacionada.

A fim de garantir a correta apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras, a administração da Companhia avaliou os termos do contrato, considerando as normas contábeis aplicáveis, a fim de concluir se o acordo de financiamento de fornecedores tem características de um contar a pagar ou dívida. Foi concluído que o acordo tem características de um contas a pagar, portanto, os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo foi devidamente alocado no balanço patrimonial, na linha de fornecedores.

Em 2024 não houveram pagamentos efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedores.

	2024	2023
Aquisição bauxita	1	287
Outras contas a pagar	2.416	2.363
	2.417	2.650

11. Provisão Restauração Ambiental

	2024	2023
Saldo inicial	9.200	3.219
Adição de provisões CP	-	4.003
Adição de provisões LP	6.776	5.802
Baixa de provisões CP	(1.836)	-
Baixa de provisões LP	(4.037)	(3.824)
Total da provisão	10.103	9.200

O saldo registrado na rubrica de provisão para restauração ambiental refere-se aos valores provisionados pela Companhia para futuros gastos para retornar ao estado original as áreas mineradas (principalmente na parte de solo, vegetação e fauna) e para o correto descarte de resíduo de processos produtivos e o monitoramento dos respectivos.

No encerramento do ano de 2024 o saldo desta provisão era de R\$ 10.103 (em 2023 R\$ 9.200) para cobrir gastos futuros necessários à recuperação ambiental sobre as áreas de mineração da Companhia.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

12. Outros Passivos

Em 2023 a Companhia firmou contrato para exploração de minério de bauxita em mina situada no local denominado Limoeiro, sendo R\$ 6.837 a curto prazo e R\$ 3.931 a longo prazo (máximo 3 anos). Em 2024 houve o pagamento da primeira parcela do adiantamento de lavra futura no valor de R\$3.920, reduzindo o valor da provisão de reserva a CP.

	2024	2023
Provisão Reserva CP	(2.917)	(6.837)
Outros Passivos CP	(35)	(14)
Provisão Reserva LP	(3.931)	(3.931)
Total	(6.883)	(10.782)
Circulante	(2.952)	(6.851)
Não Circulante	(3.931)	(3.931)
Total	(6.883)	(10.782)

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais com sociedades ligadas, na compra e venda de produtos. Tais transações são efetuadas dentro de condições, incluindo preços e prazos, normais de mercado.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto por 11.061.095 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Dividendos Propostos

No encerramento do exercício de 2024 a Companhia apresentou prejuízo referente ao resultado do exercício de 2024. No encerramento do exercício de 2023 foram propostos R\$1.272 a título de dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado do exercício de 2023, os quais conforme AGO, deverão ser revertidos para absorção do prejuízo apurado.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de lucro para investimentos

A reserva de lucros para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 2024 não houve constituição de reserva devido ao prejuízo apurado. Em 2023 foi constituída reserva para investimentos no valor de R\$3.562.

Companhia Geral de Minas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 dezembro

Valores em milhares de reais

O saldo desta reserva de investimento será destinado para projetos de exploração de reservas de bauxita e outros projetos que visam a melhoria da eficiência operacional da Companhia.

15. Receitas

	2024	2023
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	27.884	29.611
Impostos e deduções sobre vendas	(1.986)	(2.936)
Total	25.898	26.675

16. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes, pela administração, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e suas responsabilidades.